**OS SENHORES DAS FLORESTAS E AS MADEIRAS DE LEI: O ENSINO DE HISTÓRIA E A CRÍTICA AMBIENTAL DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NOS DOMÍNIOS DA NATUREZA**

ROCHA, Andrei dos Santos – Pibic/ FA[[1]](#footnote-1)

História/ UNESPAR - Campus de Paranavaí

andrei.santos.68@unespar.edu.br

MORAES, Eulália Maria A de

História/ UNESPAR - Campus de Paranavaí

eulalia.moraes@unespar.edu.br

SILVA, Ricardo Tadeu Caires

História/ UNESPAR – Campus de Paranavaí

ricardo.caires@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa

Programa Institucional:  PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

**Resumo:** A presente pesquisa está evidenciada pela impressão de obras publicadas a partir de 1799 em um projeto dedicado aos “Fazendeiros do Brazil” pela Oficina Tipográfica Calcográfica Arco do Cego (1799 a 1801). O projeto propunha instruções para a melhoria nos cultivos e aproveitamento sistemático do solo em finais do século XVIII e, na esteira dos métodos propostos, pela Filosofia da Natureza, estava em curso um aniquilamento das matas florestais por meio dos cortes e queimadas com perdas irreparáveis. Contradizendo o descaso ambiental que acompanha o discurso da Revolução Comercial para a colônia de Portugal na América, pensadores, intelectuais e homens de ciências já promoviam um debate presente na literatura dos séculos XVIII e XIX. Seguiu-se ao debate uma oposição ao “mito da natureza inesgotável” e uma forte oposição à transformação da paisagem por meio do sistemático desmatamento que nos alcança no século XXI. Para tanto, a pesquisa objetivou ampliar este debate trazendo-o para o campo da aprendizagem da História afim de dar visibilidade ao processo de desenvolvimento da consciência histórica com função de orientação cultural na vida da sociedade. Desta forma, a licenciatura em História ao promover o estudo da temática ambiental na sua dimensão política, cultural e socioeconômica viabiliza o debate homem & natureza na urgência de transformações por mais justiça ambiental e equidade com os povos originários.

**Palavras-chave:** 1. Ensino de História; 2. Culturas Agrícolas; 4. Devastação das Florestas

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem por objetivo ampliar um debate sobre ensino de história e meio ambiente afim de levar até os estudantes uma preocupação de consciência socioambiental desejando construir a sua cidadania vinculando-o a ideia dos processos sociais que o levará a considerar sua relação com o meio ambiente. Nos últimos anos do Ensino Fundamental na área de Ciências Humanas tem-se a oferta de duas disciplinas: História e Geografia. Neste contexto da formação escolar essas duas áreas do conhecimento permitem, por exemplo, a construção do debate acerca do desmatamento sistemático das florestas brasileiras desde a ocupação colonizadora portuguesa no século XVI até a atualidade do século XXI momento em que um acirrado debate ambientalista confronta interesses escusos e um cenário sinistro com perdas irreparáveis de áreas importantes de nosso ecossistema.

É, portanto com o desejo de ampliar esse debate trazendo-o para o ensino de História que propomos essa pesquisa. Um debate que em tempos recuados da ocupação colonizadora já aprece em algumas narrativas, mas de forma mais acirrada é encontrado na produção literária a partir do século XIX. Para este exercício de pesquisa apresentamos aqui algumas fontes documentais produzidas no contexto do projeto “O Fazendeiro do Brasil” com a atuação da *Typographia Calchographica,Tipoplastica e Literaria do Arco do Cego* ou Oficina Calcográfica do Arco do Cego que esteve ativa entre os anos de 1799 e 1801. O projeto propunha a publicação e divulgação de materiais que se constituíam verdadeiras cartilhas com diversos textos e ilustrações, cujas, propostas de melhorias e culturas agrícolas sofisticadas buscavam um aproveitamento sistemático do solo a partir da Filosofia da Natureza proposta pelos fisiocratas, neste sentido, buscava-se a exploração do solo para um novo potencial agrícola em um encaminhamento de exploração da colônia sistematizado.

No contexto final do século XVIII e início do século XIX surgem as primeiras reflexões profundas com propostas de debates para um problema que chegou com o colonizador no século XVI: a destruição do ambiente natural. Entre 1786 e 1888, antecedendo as preocupações de ordem ecológica, pensadores trarão para um debate de cunho denunciativo a crítica diante da destruição ambiental que assistem. Segundo José Augusto de Pádua na obra *Um Sopro de Destruição* (2004) em seus estudos deparou-se com “fortes componentes de crítica ambiental presentes na obra de José de Bonifácio”. Em escrito para a página final da “Representação à Assembléia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura” em 1823, José Bonifácio aborda as questões ambientais e nessas páginas o intelectual carrega nas cores de sua denúncia em tom político ao referir-se aos “dias terríveis”, a “tantos erros e crimes”, referindo-se as “nossas preciosas florestas”, a “nossas fontes e rios” e por fim lamentando o que se fazia com o “nosso belo Brasil” – uma constatação que seria inimaginável para o início do século XIX. As reflexões ambientais de José de Bonifácio reproduzidas pelo historiador ambiental José Augusto de Pádua nos soam de forma atual e cotidiana ao nosso momento (2024) quando viramos a segunda década do século XXI. As atrocidades ambientais que assistimos diariamente, em tempo real e transmitidas por uma tecnologia impensável nos séculos XVIII e XIX nos permitiu pensar na urgência desse tema para História, para o curso de licenciatura, formador de professores, futuros educadores da educação básica. Nunca foi tão urgente trabalhar nas escolas esse tema como agora (2024).

Da exploração desenfreada das colônias ao “mito da natureza inesgotável” o movimento motriz da Revolução Comercial das coroas europeias até a cegueira conveniente do desenfreado capitalismo a despeito de todas as conferencias ambientais e reuniões com líderes de diversos países. O debate menciona a necessidade de preservação do meio ambiente, na promoção do desenvolvimento sustentável. Com tentativas de promover o debate e cooptar países para os projetos e estratégias de desenvolvimento socioeconômico, atrelando-os a preservação do meio ambiente com usos consciente dos recursos naturais as “conferencias ambientais” reúnem diversos países ao longo de décadas de nossa contemporaneidade. Em 1972 em Estocolmo, na Suécia foi realizado a “Conferência das Nações Unidos sobre o Meio Ambiente”. Considerado um marco histórico, essa reunião conseguiu reunir 113 países e 250 organizações internacionais para discutir questões emergenciais como o enfrentamento dos problemas ambientais do planeta – a partir daí surgem políticas de gerenciamento ambiental com engajamento de Estados.

Os principais pontos abordados e acordados na conferência de Estocolmo foram: "Preservação da fauna e da flora como atitude essencial e redução do uso de resíduos tóxicos. Além da proposta de financiamento do desenvolvimento para países pobres com objetivo de faze-los atingir progresso – vítimas fáceis da exploração dos recursos ambientais. Em 1982 a conferência aconteceu em Nairobi, Quênia convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para um balanço da conferência de Estocolmo.[[2]](#footnote-2)

As conferências em defesa do planeta não pararam por aí. Em 1992, a conferência chamada de ECO-92, foi realizada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro e conseguiu reunir 172 países com 1400 organizações não governamentais (ONGs), nela houve uma retomada de temas abordados pela conferência anterior avançando no debate para concluir que os problemas deixavam de ter abrangência local para serem considerados de importância global. A reunião resultou em alguns resultados como: "1. Cooperação dos países desenvolvidos para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento; 2. Combate à pobreza; 3. Mudança nos padrões de consumo; 4. Combate ao desflorestamento; 5. Conservação da diversidade biológica[[3]](#footnote-3)

Em 1996 a Conferência foi em Genebra e em 1997 a reunião aconteceu em Kyoto resultando no chamado “Protocolo de Kyoto” – um acordo de cooperação internacional assinado na cidade japonesa que deu nome ao protocolo. A principal proposta estabelecida desta reunião foi a redução de emissão de gases que promovem o efeito estufa, a exemplo do gás carbônico. Uma decisão que teve como mote a prevenção ou contenção das mudanças climáticas – acordo que entrou em vigor em 2005. Em seguida veio o RIO+ em 2002, reunindo 189 países e centenas de ONGs na cidade de Joanesburgo na África do Sul e em 2012 a conferência RIO+, na cidade do Rio de Janeiro com o questionamento: “Qual futuro nós queremos?”[[4]](#footnote-4)

Acreditamos que nesta introdução justificamos a importância do tema proposto para a pesquisa e partimos para uma análise historiográfica das questões que estão em consonância a literatura dos séculos XVIII e XIX, com pensadores e homens das ciências promovendo um debate acerca da destruição das matas, e fazendo uma ativa oposição aos métodos agrícolas de um período pré-capitalista, mas que serviu para as bases do desmatamento e exploração predatória sistemática do meio ambiente que nos acompanha até o tempo presente.

Além da análise como fontes produzida na nas obras que compõem o projeto “O Fazendeiro do Brasil” – publicada inicialmente em 1799, tendo as traduções de seus textos e ricos prefácios escritos por Frei José Mariano Veloso (quem encabeçou o projeto da Oficina do Arco do Cego) –, analisamos uma historiografia contemporâneas que abordam o tema do debate ambiental presente nos séculos XVIII e XIX, como José Augusto de Pádua, José Augusto Drumond, Alfred Crosby, Warren Dean entre outras referência de livros e artigos com estudos sobre as discussões ambientalista nos períodos acima mencionados, neles esclarecemos a relevância e os aspectos culturais, econômicos e políticos da exploração do meio ambiente. Em estudos como o de Azevedo (2018), Frei Veloso nos é apresentado como uma figura presente no bojo do debate ambiental de seu tempo, desempenhando um importante papel na busca de um maior conhecimento científico da fauna e flora fluminense, além de diversas propostas de um uso consciente dos recursos naturais publicadas em obras impressas pela Oficina do Arco do Cego.

Seguindo este fio condutor, outros autores como José Bonifácio, também contribuíram para o debate do desgaste natural do Brasil, apresentando uma crítica que inclusive associava esse esgotamento ao sistema escravista, podendo ser interpretada como uma crítica abolicionista (PÁDUA, 2004). Dessa forma, a coroa portuguesa não ficou isenta deste debate que era uma tendência em sua época, isso é bastante evidenciado por exemplo em uma Carta Régia assinada por D. Maria I em março de 1797 e que foi publicada em março de 1898 pela *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,* ano V, revista de número 15 com o título “Conservação das Florestas”. A carta continha instruções bastante específicas e reais acerca de matas da costa brasileira e a vegetação de fundo de vale em uma clara preocupação com os rios, carta esta que antecipou a criação do Regimento de Conservação de Matas do Brasil de 1799, tais instruções deveriam ser seguidas à risca pois a coroa previa punições aos que ousassem descumpri-las [[5]](#footnote-5).

Desta forma, ao nos depararmos com a Publicação em 1797 da Carta Régia assinada pela coroa Portuguesa, determinando a preservação das matas e madeiras reais, não se encontra, como intenta-se mostrar em 1898 com a publicação da mesma na Revista do IHGB da Bahia, uma consciência ambiental ou qualquer senso “civilizatório” de preservação ambiental. Ao contrário, os movimentos que se desenvolvem nesse respeito irão acontecer de forma a legitimar o domínio real desses territórios, em um período de crescente valorização das propriedades de terra e mudanças de conceito a respeito do trabalho e da acumulação de terras.

Ou seja, como sugere Thompson em Senhores e Caçadores, as leis e códigos criados vão perpassar todo o contexto socioeconômico e cultural do período, de certa forma demonstrar como refletem os anseios de seus legisladores, não levando em conta, neste caso específico, a preservação de um bem comum ou o interesse das maiorias. Pelo contrário, a partir dessa Carta Régia, busca determinar-se os domínios legais da coroa portuguesa, limitando a utilização de seus recursos por terceiros. E ao relacionar tais atos com o pensamento em desenvolvimento na época, é possível destacar a preocupação da coroa em realizar a manutenção de recursos para a exploração na colônia, uma vez que este elemento era de fundamental importância para a continuidade das atividades econômicas que sustentavam o sistema guiado por Portugal. (DUARTE, 2010, p.178).

Portanto, o presente trabalho se mostra relevante na medida que se propõe buscar uma ampliação do debate ambiental dentro do ensino de História, englobando as dimensões sociais e culturais da natureza como um bem comum, assim como seu uso político e econômico, buscando o desenvolvimento de uma consciência histórica acerca das matas nacionais. Desse modo em última instância, mas não excluindo o caráter urgente, mirar em uma sociedade que preze a transformação socioambiental e a equidade para com as nações originárias de nossas terras.

**MATERIAIS E MÉTODOS**

Para o desenvolvimento do trabalho, foi analisado os prefácios do Tomo I, das respectivas partes I e II de “O Fazendeiro do Brasil”, escritos por Frei José Mariano Veloso, intituladas como “Da Cultura das Canas, e da Fatura do Açúcar” ambos publicadas em 1799, em Lisboa pela Oficina do Arco do Cego, como havia sido mencionada anteriormente. Tais prefácios se mostram bastante ricos, pois contextualizavam as práticas agrícolas em publicações traduzidas e organizadas trazendo para dentro do contexto da colônia portuguesa situada na América do sul. A impressão desses materiais na Oficina do Arco do Cego estava direcionado aos “fazendeiros do Brasil” e se constituíam em um rico material didático destinado a um público, em alguns casos analfabeto. Portanto esse projeto destinava-se a ir além de textos introdutórios e facilitadores porque eles eram o próprio conhecimento chegando até o agricultor em forma de manuais cujo detalhamento, explicação e ilustração não deixavam dúvidas sobre a introdução do fazer de determinado objeto especificado – no manual estava o riscado do mapa, a fortificação a se construída, as fases da produção do açúcar, a demarcação territorial, o embalar do produto, o desenhar – tratava-se do elemento visto e recolhido. O manual direcionava a pratica dos saberes e instava uma virtude de primeira grandeza: a práxis, como a fonte geradora do saber.

Conforme afirmação de Mary Del Priore a Cana ou *Saccharum officinalum* era planta da família das gramíneas, originada na Costa da Índia, e introduzida entre em terras dos brasis desde a chegada dos europeus. “Ela era considerada uma das "excelências do Brasil” em alguns momentos referiam-se a cana-de-açúcar como uma variedade de bambu que produzia mel sem necessidade das abelhas. Mas em qual ambiente se instalaria a distinta gramínea? Segundo o Frei Vicente do Salvador elas ocupariam as áreas de extensas florestas: "grandíssimas matas de arvores agrestes" um arvoredo "tanto e tão basto que não podia o homem dar conta'". Eram maçarandubas, jenipapos vinháticos e angelins, entre tantas outras que se erguiam, imponentes, ao longo da costa, verdadeira fronteira florestal, tragada por queimadas devastadoras (DEL PRIORE & VENÂNIO, 2006, p.33-34).

Em adição a análise desta fonte primária, foi realizada revisões bibliográficas contemporâneas em volta do tema (para além dos autores já citados), este processo acabou sendo realizado dentro do período estabelecido para a pesquisa (2023- 2024). Os manuais detalhavam, explicavam e explicitavam o processo de produção de determinado objeto – do riscado, do mapa, da fortificação, do açúcar –, a demarcação territorial, o embalar, desenhar, enviar um elemento visto e recolhido da flora e da fauna. Documentos historiográficos como este, possuem uma importância inestimável dentro do campo da História Ambiental, sobretudo no que tange as argumentações sobre o desmatamento e a destruição das matas, assim como os desgastes dos solos na colônia portuguesa na América do século XVIII. Conforme pontuado por Wagner (2004):

Os prefácios redigidos por frei Veloso, apresentando os textos traduzidos e indicando a importância de cada tema no estágio contemporâneo da agricultura da colônia, lançam luz sobre os aspectos complementares desses projetos, o editorial e o político. (WAGNER, 2004, p. 133).

Portanto, no que diz respeito a área de estudo, o contato e a análise desses documentos permitem que conheçamos mais sobre o processo econômico da colonização, sobretudo a relação com o meio ambiente e a forma com qual ele era visto pelas forças colonizadoras. Tal compreensão, permite ainda a identificação das raízes dos problemas ambientais que assolam o país na contemporaneidade.

Para alcançarmos tais discussões, foi realizada uma análise de documento historiográfico primário, bem como uma pesquisa bibliográfica. Desse modo, utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativo-interpretativista, ou seja, foi feito o entrelaçamento da análise documental já citada à bibliografia contemporânea levantada. Com o método definido, identificou-se no documento tendências do debate ambiental do século XVIII, além de um alinhamento para com o projeto de um Brasil Império, mesmo tendo sido efetivado somente em 1822.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados encontrados neste estudo, baseiam-se na análise de documentação historiográfica primária, do século XVIII, mais precisamente, os prefácios das partes I e II, do primeiro tomo de “Os Fazendeiros do Brasil”, redigidos por Frei Mariano Veloso publicados em 1799 destinados justamente aos fazendeiros. O documento apresenta uma importante contextualização da agricultura da colônia, no que tange “Da cultura das canas, e da fatura do açúcar”. Desse modo, Veloso tece críticas ao sistema de exploração indiscriminada dos recursos naturais do Brasil, mais especificamente sobre a destruição das matas nativas, por diversos motivos. Nos prefácios, o autor se direciona à Coroa, como uma espécie de apelo, e se empenha em propor mudanças na cultura agrícola da cana e da produção de seu principal derivado, o açúcar. Tais mudanças, contém práticas de plantio, bem como a introdução de diferentes espécies da planta,assim como implementos de instrumentos e maquinários, reforma de fornalhas mais econômicas em termos de consumo de energia e recursos.

Frei Veloso, enfatiza a importância da agricultura sustentável como a principal fonte de riqueza na Coroa, reforçando inclusive o estrago ambiental da atividade de extração de metais e como ela é uma fonte não renovável, e também trata sobre a perda de recursos reais para empenhar tal atividade, “[...] quantas despesas para possuir um bem imaginário, aparente, e momentâneo [...]” (SILVEIRA, 2010, p.123). As informações mencionam proposta da introdução de uma variedade da cana de açúcar das regiões de Malabar (costa indiana), Otaheiti (atual Taiti) e Batávia (região histórica dos Países Baixos), para reforçar sua proposta, Veloso informa que tais variedades já foram implantadas nas Ilhas Francesas e Inglesas. Essa variação da planta tem propriedades que a permitem grande resistência a períodos de secas, daí a proposta da implantação na economia da colônia.

Ainda na esteira de propostas e sugestões, é sugerido o desenvolvimento de uma cultura rural diversificada, “Vossa Alteza não quer, que só melhore uma, ou outra em particular, mas que todas em comum, e que se introduzam novos ramos compatíveis” (SILVEIRA, 2010, p. 124). O teor pluricultural da agricultura, já se faz presente no subtítulo que levou “O Fazendeiro do Brasil”, como afirma Wagner (2004):

Os livros eram enviados ao Brasil, para venda. Consistiam de traduções “segundo o melhor que se tem escrito a este assunto”. E os cinco tomos em que estão organizados os dez volumes reforçam e exemplificam o título, pois alguns (especialmente açúcar e café, além de cacau, índigo, arroz e linho cânhamo) dizem respeito à “economia rural dos gêneros já cultivados”, enquanto outros tomos (especiarias – as culturas da canela, do cravo-da-índia, da noz-moscada, da árvore do pão) estavam mais próximos de representar a “economia rural ... de outros [gêneros] que se podem introduzir”.

(WAGNER, 2002. Pg. 133)

Adiante possível identificar uma crítica ao uso do trabalho escravo, no entanto por um viés econômico, visando o aumento da produção e a diminuição da degradação ambiental, nesse sentido, fica nebulosa uma interpretação a partir da uma ideia abolicionista do documento, apesar da aproximação. Dessa forma, Veloso sugere a substituição do trabalho de escravos pelo uso de animais e arados. Seguindo este caminho, o frei faz uma crítica não só a monocultura da cana, mas também a forma com qual se processa a produção do açúcar. Seu discurso vai em direção à prática de derrubada das matas para construção de fornalhas e engenhos pouco práticos, portanto, o documento observa a importância de uma reforma das fornalhas, diminuindo seu tamanho, mas aumentando sua produtividade, inclusive aconselha a utilizar o bagaço da própria cana como um combustível alternativo em relação a lenha no aquecimento das fornalhas, neste mesmo caminho recomenda a implementação de uma moenda suspensa, movida por força animal.

A partir da análise da documentação histórica, foi possível identificar um discurso que mirava no progresso econômico da coroa, no entanto sem se atrelar ao extrativismo metalista ou a monocultura agrícola que promovia a destruição das florestas. Esse projeto da Oficina do Arco do Cego (as vezes aparecendo como Casa Literária do Arco do Cego), desempenhou uma importante função em sua época, pois atrelava o conhecimento teórico sustentável à prática agrícola. No sentido Historiográfico, tal obra nos permite identificar tendências de um debate ambiental importante que se desenvolvia na época. Todas essas inovações, estavam alinhadas (não foi possível identificar se de uma forma consciente ou não) com o projeto de uma Brasil Império que estraria em curso pouco tempo depois, estabelecendo o regime imperial em 1822 (WAGNER,2004).

Todas essas ideias de que não existe uma natureza inesgotável, e a percepção da necessidade de uma agricultura sustentável, caminhava na contramão do método de exploração colonialista. Os textos e prefácios de “O Fazendeiro do Brasil”, estavam alinhados com a Filosofia da Natureza, proposta pelos fisiocratas europeus. A fisiocracia foi uma importante escola de economia científica, sendo influenciada pelo Iluminismo, portanto, pensamento fisiocrata impõe que a agricultura é o verdadeiro modo de gerar riqueza, possibilitando maior margem de lucro mesmo com pouco investimento. Um marco importante na expansão da filosofia natural, foi Reforma Pombalina de 1772 que torna a Universidade de Coimbra um epicentro desse discurso fisiocrata a partir de 1780 (PÁDUA, 2002).

Isso demonstra uma preocupação e uma perspectiva de esgotamento da natureza na continuidade da exploração colonizadora. Afinal A fisiocracia é a primeira escola de economia científica, sofre influência do iluminismo e se opõe ao mercantilismo. O pensamento fisiocrata impõe que a agricultura é o verdadeiro modo de gerar riqueza, possibilitando maior margem de lucro mesmo com pouco investimento. Afinal, a primeira impressão dos europeus, para com a Mata Atlântica por exemplo, a floresta não foi interpretada de maneira complexa, mas sim a partir de suas peculiaridades, o que possivelmente dificultou o entendimento da Mata como um "todo" ou um conjunto, um ecossistema a ser preservado, mas sim nas possibilidades de exploração de suas peculiaridades como afirma Pádua (2004).

Dessa forma, fica evidente que a obra "Fazendeiro do Brasil" aborda a economia política de forma abrangente, integrando teoria e prática, analisando recursos naturais, promovendo a educação, discutindo a relação entre Estado e agricultura, e propondo inovações que visavam o desenvolvimento econômico sustentável da colônia. Essa abordagem reflete as preocupações de Frei Veloso com a eficiência produtiva e a necessidade de uma relação equilibrada entre o ser humano e o meio ambiente. Frei Veloso também argumentava que o governo deveria incentivar práticas agrícolas que não apenas aumentassem a produção, mas que também respeitassem as condições locais e promovesse a conservação dos recursos naturais. Essa perspectiva reflete uma visão de economia política que considera a intervenção estatal como um meio de promover o bem-estar social e econômico (WAGNER, 2004).

Em meio a tal emergência do debate, o Estado estabelece o Regimento de Conservação das Matas do Brasil em 1799, á partir de uma carta régia de março de 1797. Tal regimento estabeleceu várias regras e diretrizes para a administração e conservação das florestas, essa decisão real define que as matas costeiras e envolta dos rios passa a ser propriedades do Estado, mediante a pagamento de indenizações aos proprietários das capitanias afetadas pela nova lei, e previa punições para quem ousasse destruir ou cortar essas vegetações para interesses privados, mediante a pagamento de altas multas. No entanto, política de conservação das matas e a proibição de cortes em áreas que já estavam sob sesmarias (terras concedidas) geraram disputas sobre a propriedade e o uso da terra. Além disso, A resistência dos proprietários e a falta de recursos para a fiscalização dificultaram a aplicação efetiva das normas, levando a uma implementação desigual e, muitas vezes, ineficaz (LIMA, 2023).

Na disposição estatal de preservar a flora a partir de ações políticas, o Ministro da Marinha Rodrigo de Souza Coutinho (de 1796 a 1801), propunha a ação do poder público na atividade de preservação das minas e bosques, através da regulamentação de sua exploração, tornando-a pública. Como afirma Pádua (2004),

[...] minas e bosques necessitam de ser regulados por princípios científicos, em que se ache calculada a sua utilidade geral, e não abandonados aos interesses particulares que, nestes casos, e só neles, podem contrariar a pública utilidade, formanda uma notável exceção aos princípios da economia política.

(PÁDUA, 2004, pg. 18)

Durante o século XIX, os debates sobre este campo já estavam plenamente estabelecidos, de forma que existiam duas visões diferentes em defesa da preservação das florestas e biodiversidade. Os autores, filósofos e economistas fisiocratas, defendiam uma agricultura sustentável, ou seja, uma forma diferente do extrativismo da colônia. Enquanto os ilustradores, argumentavam a favor da preservação a partir de um viés estético da natureza brasileira. Como explica Pádua (2002, pg. 33), em 1823 José Bonifácio apresentou uma crítica ambiental, mas também abolicionista e que buscava uma reforma agrária. A partir de sua análise que associava a degradação sistemática das terras brasileiras ao sistema de trabalho escravo, apontando ambas dentro de um contexto de exploração, no do homem em relação a natureza, e em relação a si mesmo, Bonifácio apresentou um projeto de país sustentável e movido pelo trabalho livre.

Por fim, avançando na discussão do contexto de Ensino de História, autores como Carvalho e Costa (2016), enfatizam a importância de uma abordagem interdisciplinar que permita a colaboração entre diferentes disciplinas, de modo que o conhecimento ambiental seja abordado de forma abrangente e complexa. Isso implica que tanto as ciências sociais quanto as ciências naturais contribuam para a formação de uma "racionalidade ambiental". É fundamental compreender a historicidade das relações entre humanos e ambientes. Isso significa reconhecer que as interações entre sociedade e natureza são processuais e que a história deve incluir a influência mútua entre esses elementos, superando a visão de uma "natureza intocada". É fundamental que o meio ambiente seja incluído nas narrativas históricas no contexto de ensino, reconhecendo-o como um agente ativo que influencia os eventos e processos históricos. Isso significa que os educadores devem apresentar o ambiente não apenas como um pano de fundo, mas como um elemento em constante interação com a sociedades humanas (CARVALHO E COSTA, 2016). Os materiais didáticos também são importantes, utilizando métodos interdisciplinares, sobretudo entre História e Geografia.

Portanto, partindo dos métodos de Ensino de História no tocante a área da História Ambiental, a ampliação dessas discussões sobre os debates ambientais já presentes no século XVII e de forma sistemática no século XIX, são fundamentais na busca de uma sociedade consciente das raízes dos problemas climáticos que assolam o século XXI. Também é imprescindível para que se fomente a noção do meio ambiente e matas brasileiras como um bem comum, e ainda promover uma equidade em relação aos povos indígenas e quilombolas do Brasil.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na década de 1990 os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000) apresentava-se como uma possibilidade de colocar em sintonia a sociedade e a educação. Sabemos que as transformações sociais ganham importância quando o debate adentra os muros escolares e ganham expressão na ação dos professores dando relevância ao papel da escola. Sempre que há uma nova demanda social para com as iniciativas pedagógicas que buscam respostas que ecoem nas necessidades apresentadas. Reveem-se conteúdos, metodologias e na formação dos professores as medidas de mudanças a serem propostas para a sociedade ganham relevância. É justamente neste contexto de necessidades de se repensar as ações ambientais que as iniciativas pedagógicas projetaram um esforço de vínculos entre educação X cidadania.

Considerando as análises e apresentação dos marcos de reflexão, debates e construção de conceitos sobre as questões ambientais, aqui apresentadas entendemos que todas as reflexões são pertinentes ao ensino de História. Os debates propostos para a História ambiental, as questões que envolvem as reflexões ambientalistas e sobretudo o mito da natureza inesgotável não pode ser dissociado das escolas e do ensino porque trata-se de uma abordagem que perpassa toda sociedade com atualização de informações presentes no nosso cotidiano. A proposição da temática “ambiental” na educação básica exige um estudo multidisciplinar, mas perfeitamente ajustáveis e assessoradas de recursos didáticos tonando-se aulas interessantes que rompem com a prática de ensino tradicional.

**FONTES IMPRESSAS:**

A CASA LITERÁRIA DO ARCO DO CEGO (1799-1801) – Bicentenário “sem livros não há instrução” (Org.) CAMPOS, F. M. G. de, [et alii]; estudos: CURTO, D. R. [et alii. ] Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999.

O FAZENDEIRO DO BRAZIL. Cultivador melhorado na economia rural dos gentios já cultivados e de outros que se podem introduzir. Traduzida de L’Art de Lindigotur de M de Beauvais Raisean Republicadas por Fr. Mariano da Conceição Velloso – Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, impressor da Sereníssima Casa do Infantado Biblioteca Nacional Digital. Biblioteca Nacional Digital.

[digital.bbm.usp.br/view/?45000009100&bbm/5173#page/6/mode/2up](https://digital.bbm.usp.br/view/?45000009100&bbm/5173#page/6/mode/2up)

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (Org.). **Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CAPISTRANO de Abreu. J. **Capítulos de História Colonial:** 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**.** Brasília: Universidade de Brasília; 1982.

CARVALHO, Luiz Marcelo. **A Temática Ambiental e a Escola de Primeiro Grau.** São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, USP, 1989

CROSBY, W. A. **Imperialismo Ecológico. A expansão biológica da Europa:** 900-1900. Tradução: Cia. das Letras; São Paulo, 1993.

DEAN, W. **A Ferro e Fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica.** Tradução: Cid knipel Moreira. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato. **Uma História da vida Rural no Brasil.**  Rio de Janeiro:  Editora. Ediouro, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 6ª ed. São Paulo: Hucitec Nupaub, 2008.

DUARTE, Adriano Luiz. Lei, Justiça e Direito: Algumas Sugestões de Leitura da obra de E. P. Thompsom. In: **REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA** V. 18, nº 36: 175-186 Jun. 2010.

DRUMMOND, Jose Augusto. **Devastação e preservação ambiental: Os parques nacionais do Rio de Janeiro.** Niterói: EDUFF, 1997

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1981

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos.** São Paulo: Ed. Global, 2004.

GERBI, Antonello. **O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900**). Tradução: Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GUNTAU, Martin. **José Bonifácio de Andrada e Silva – Estudos e Trabalhos Científicos na Europa Central. In:** Silvia F. de M. Figueiroa (org.) / Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina -- Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: O instituto Histórico e Geográfico brasileiro e o Projeto de uma História de Nação**. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. N.1. 1988. P. 5-27.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.

LARA, S. H. (Org). **Ordenações Filipinas.** Livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

REVISTA DO INSITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. **Carta Régia: Preservação das Florestas.** Bahia: março de 1898, ano V, nº 15.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da História Ambiental.** Estudos Avançados, v. 24, n. 68, p. 81‐ 101, 2010.

PRATT, Mary L. **Os Olhos do Império:** relatos de viagem e transculturação**.** Tradução: Jézio Hernani Bonfim. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PONTING, Clive. **Uma História Verde do Mundo.** São Paulo: Civ. Brasileira, 1995.

WEGNER, Robert. **Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial.** História, Ciências, Saúde Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1): 131-40, 2004

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Araucária, por meio de bolsa concedida ao estudante Andrei Rocha dos Santos. [↑](#footnote-ref-1)
2. Acesso em 07 de setembro de 2024 <https://brasilescola.uol.com.br/> [↑](#footnote-ref-2)
3. Acesso em 06 de setembro de 2024 <https://brasilescola.uol.com.br/> [↑](#footnote-ref-3)
4. Acesso em 06 de setembro de 2024 <https://brasilescola.uol.com.br/> [↑](#footnote-ref-4)
5. Ana Paula LIMA. Acesso em 4 de setembro de 2024 <https://brasilescola.uol.com.br/> [↑](#footnote-ref-5)